



Entrevista Alexandre Albuquerque

"MANAGING PARTNER" DA ALBUQUERQUE E ASSOCIADOS

"Serviços de advocacia atingiram valores exorbitantes"

O líder da **Albuquerque** e Associados admite que o valor da factura apresentada pelos **advogados** tem vindo a ser corrigido, devido à crise que afecta os clientes

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Novas instalações no próximo ano, uma página de Internet modernizada e a integração de alguns advogados com quem já mantém ligações, na sociedade **Albuquerque** e Associados a "mudança na continuidade" é uma palavra de ordem. Nesta conversa, o "managing partner" Alexandre Albuquerque fala-nos da realidade do escritório e do estado actual da advocacia de negócios. Admite que a crise teve reflexos no tipo de serviços jurídicos solicitados, mas diz também que a mesma poderá ajudar a corrigir os "valores exorbitantes" de alguns honorários.

Uma sociedade de dimensão média, como a vossa, é hoje a melhor forma de estar no mercado português?
É um formato adequado, porque nos permite prestar assistência em todo o tipo de operações, desde a assistência a grandes contratos, a fusões e aquisições, a concessões nas várias áreas, mas também a operações de dimensão mais reduzida.

Outras sociedades que, como a vossa, estão há décadas no mercado optaram por ganhar dimensão. Por que razão não seguiram o mesmo caminho?
Não entramos em processos de fusão com outras sociedades foi uma decisão consciente tomada neste escritório. Muitas vezes há uma certa preocupação de mostrar dimensão. Alguns clientes consideram que a dimensão das sociedades é um pressuposto de qualidade, mas há qualidade nas grandes e nas pequenas sociedades, como há também o tradicional profissional liberal com qualidade.

O mercado continua a ter espaço para todos, independentemente da forma como se organizam?
Creio que sim. Mas uma coisa é o profissional liberal tradicional, que trabalha para a sua retribuição,

outra é uma sociedade que tem sócios e que visa o lucro no âmbito de uma actividade sensível que é a advocacia.

Só que o mercado é limitado.
O mercado é limitado, a oferta é limitada e existem alguns casos e clientes que são os mais apetecíveis. Por esses casos e por esses clientes há uma competição grande.

São sempre as grandes sociedades que ganham os casos mais apetecíveis?
As grandes empresas continuam a pagar honorários elevados e a carrear os grandes casos para as grandes sociedades.

Falou de honorários elevados. Mesmo com a crise, estes não baixaram?
Em casos mais pequenos pode, porventura, estar a verificar-se uma queda dos honorários. No entanto, considero que os serviços de advocacia atingiram valores exorbitantes. Aliás, tem-se verificado alguma correcção, resultante da preocupação manifestada pelos clientes.

Os clientes estão mais preocupados com a factura a pagar?
No passado, o cliente não questionava a factura do advogado. Mas creio que houve excessos. Da nossa parte, pretendemos ser uma sociedade competitiva e barateira.

Barateira? Em que sentido?
Não no sentido em que o mais barato é pior. Mas os custos que temos, que resultam da nossa estrutura de sociedade de média dimensão, permitem-nos assegurar uma qualidade que pretendemos que seja a máxima.

De que forma vos afectou a crise?
Não tivemos quedas significativas na nossa facturação. Notamos, isso sim, é que tem havido procura em áreas que, no passado, eram menos solicitadas.

Áreas como o laboral?

Por exemplo a área laboral, com as reestruturações ou os despedimentos. Fizemos aqui várias grandes reestruturações e processos de despedimento colectivo. Um dos mais conhecidos é o caso da General Motors. Mas também na área da recuperação de crédito há uma maior solicitação dos nossos serviços, bem como no contencioso associado a processos de insolvência ou de falência.

A tendência é para que se mantenha a procura desse tipo de serviços?
Também, mas temos uma vocação muito significativa na área do "project finance", na área da defesa, dos transportes e na área legislativa. A ideia é continuar.

E as futuras grandes obras públicas?
O Governo solicita cada vez mais as sociedades de **advogados**, mas acaba por colocar sempre "os ovos nos mesmos custos".

Considera que é preciso haver mais transparência na contratação de serviços jurídicos pelo Estado?
Penso que era vantajoso haver um pouco mais de transparência. Deveria haver uma pré-qualificação dos escritórios, para que não fossem sempre os mesmos a trabalhar para o Estado, o que cria alguns desequilíbrios. Esses casos são importantes, depois geram rendimentos importantes. Sugeria que houvesse aqui nesta matéria um pouco mais de transparência.

Por parte do Governo?
Por parte do Governo e da administração em geral.

É portanto necessária uma maior clarificação ao nível dos concursos...
As grandes sociedades continuariam a ter os seus contratos e os seus casos, e obviamente haveria uma maior transparência, e as outras também poderiam aceder aos concursos.

PERFIL

SOCIEDADE MANTÉM LAÇOS COM A TRADIÇÃO E COM A ACADEMIA

Mesmo em tempo de crise, a **Albuquerque** e Associados não trava os projectos que já tem em marcha. A mudança do Chiado para o Largo do Rato mantém a sociedade no centro de Lisboa, mas permitirá que, a partir do próximo ano, os cerca de 40 advogados que hoje se encontram divididos por dois edifícios se concentrem num espaço único. Alexandre Albuquerque, o líder da sociedade com raízes num escritório tradicional criado antes do 25 de Abril de 1974, vê nesta mudança não um corte com a herança recebida, mas antes o aprofundar de um projecto, adaptando-o à modernidade. Aliás, este mestre em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa e doutorando na mesma escola faz questão de frisar que a tradicional ligação de família ao mundo académico – os sócios fundadores Ruy (já falecido) e Martim Albuquerque foram catedráticos de Direito – é para manter como uma das imagens de marca.





Pedro Elias

O Governo solicita cada vez mais as sociedades de advogados, mas acaba por colocar sempre "os ovos nos mesmos cestos".

Deveria haver uma pré-qualificação dos escritórios, para que não fossem sempre os mesmos a trabalhar com o Estado.

No passado, o cliente não questionava a factura do advogado. Mas creio que houve excessos [com os honorários cobrados].